



Migração do Real: Uma experiência de subordinação à rotina produtiva e aos critérios de noticiabilidade¹

Luciene de Oliveira DIAS²
Ralyanara Moreira FREIRE³
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

RESUMO

A chamada grande mídia contribui para a construção das relações sociais e de cidadania, mas em nome da rotina produtiva pode distanciar-se do vivido. O objetivo aqui é analisar até que ponto estas rotinas, aliadas aos critérios de noticiabilidade, são explicitadas nas matérias sobre o conflito urbano do Parque Oeste Industrial, em Goiânia, iniciado em 10 de maio de 2004, e que resultou no Residencial Real Conquista. Para a análise foram utilizadas publicações do jornal O Popular, entre os anos de 2005 e 2007, como ponto de partida para a elaboração de pesquisa posterior que envolva estudo da construção social da condição de migração. As considerações iniciais desta investida, que compõe os trabalhos do Projeto de Pesquisa “Goiano(as) pelo mundo”, sinalizam para a subordinação dos profissionais de comunicação às rotinas produtivas em detrimento da complexidade do vivido.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; cidadania; rotina produtiva; migração.

Pensar os processos comunicacionais é um exercício que remete necessariamente à questão sobre o porquê da produção jornalística ser como é, ou remetendo a Traquina (2004) e pensando na análise do produto final: “Por que as notícias são como são?”. Uma série de motivações sinaliza respostas interessantes, mas a principal delas está ainda relacionada às rotinas produtivas do Jornalismo que, tradicionalmente, têm resultado em prejuízos à reflexão por parte dos jornalistas no seu trabalho cotidiano, segundo estudos de Vizeu (2003), Bronosky (2008) e outros. Entre estas rotinas estão o chamado *dead-line*, a pressão das chefias, a sistemática cobrança

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 7 a 9 de junho de 2012.

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás. Membro da Pesquisa “Goianos(as) pelo mundo: fluxos migratórios internacionais e políticas públicas” financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg). Coordenadora do Projeto de Extensão “Construção do Real”, da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás. Email: lucienediasj@gmail.com.

³ Especialista em História Cultural. Graduada em Comunicação Social/Jornalismo. Membro do Projeto de Extensão “Construção do Real”, da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás. Email: ralyanara@gmail.com.



para que se efetive o furo jornalístico - embora este tenha sido profundamente relativizado após a consolidação da Internet -, a precarização do trabalho jornalístico provocada principalmente pelo enxugamento sucessivo dos quadros de funcionários das empresas e outros fatores que interferem diretamente na qualidade do produto jornalístico.

Com o objetivo de sistematizar o que sejam os critérios de noticiabilidade, nos remetemos a Traquina (2004) para lembrar que jornalistas têm lentes através das quais percebem o mundo, através das quais operam a seleção e a construção do produto jornalístico. Para este teórico, existem os valores-notícia de seleção e os de construção. Entre os que ele chama de valores-notícia de seleção, destacam-se em um primeiro momento critérios substantivos, relacionados ao acontecimento em si e sua importância ou interesse. Aqui entram especialmente a notoriedade, a proximidade, a relevância e a novidade, bem como a atualidade, o inesperado e os conflitos. Ainda entre os valores-notícia de seleção há os critérios contextuais, que funcionam como guias para as reuniões de pauta, sugerindo o que será destacado, omitido ou priorizado. Ressaltam neste enquadramento a disponibilidade, o equilíbrio, a visualidade, a concorrência e até o chamado dia noticioso⁴. Já entre os valores-notícia de construção, que são os critérios de seleção de elementos do acontecimento passíveis de serem abordados pelos jornalistas, Traquina (2004) destaca simplificação, amplificação⁵, relevância, personalização, dramatização e consonância.

Dessa forma, não é exagero afirmar que o produto jornalístico é resultado da interação de várias forças ou ações, sendo que destacamos aqui a ação pessoal, social, ideológica, cultural, do meio físico e tecnológico e a ação histórica. Apesar destas questões, o Jornalismo ainda tem o poder de pautar a forma como percebemos o mundo. A hipótese do Agendamento, discutida inicialmente pelo jornalista norte-americano Walter Lippman, e que recebeu reforço com Maxwell E. McCombs e Donald Shaw (1972), pressupõe que os veículos de comunicação são capazes de nos dizer em que pensar, como pensar e o que pensar. O que nos leva a afirmar que, seguindo esta perspectiva, os consumidores de produtos jornalísticos tendem a considerar mais importantes os assuntos veiculados⁶, ou seja, os meios de comunicação de massa

⁴No curso de um ano é possível perceber datas específicas para se trabalhar o jornalismo. Dias noticiosos são capazes de carregar de noticiabilidade assuntos não valorizados em outros dias, como Carnaval, Natal, Finados, e outras datas que ocupam a atenção dos jornalistas infalivelmente uma vez por ano.

⁵Um bom exemplo para pensar a amplificação como critério de construção jornalística são manchetes do tipo “Brasil chora a morte de Wando”.

⁶Interessante observar que com esta compreensão o clichê “aconteceu, virou notícia” pode muito bem ser reformulado em algo do tipo “se virou notícia é porque aconteceu”.



agendam nossas conversas. Embora reconheçamos o poder de grupos organizados e indivíduos também pautarem o que está veiculado na chamada grande mídia, faz-se necessário um trabalho de vigilância – especialmente por parte dos profissionais de comunicação –, para que esta não se mantenha a serviço dos grandes grupos de comando na sociedade corrente. Conhecer a imprensa que produzimos pode nos aproximar de ações direcionadas para a construção da cidadania.

Estamos em sintonia com a abordagem de cidadania feita por Peruzzo (1998). Após uma contextualização do conceito, ela reforça que se trata de uma “construção social” que se modifica no tempo e no espaço. Hoje, destaca, o pressuposto é de que o sufrágio universal garante que todos sejam iguais perante a lei, porém na prática do Brasil, por exemplo, o direito à propriedade - fundamental para o modo capitalista de produção - e o direito à educação são assegurados legalmente, mas sistematicamente negados à maioria da população. A pesquisadora diferencia ainda cidadania e direitos humanos, ao lembrar, citando Moretti (1990), que enquanto a primeira é regulada pelo Estado e pode sofrer variações substanciais de uma sociedade para outra; os direitos humanos são universais e históricos. Seguindo os ensinamentos de Marshall (1967), ao incorporar três tipos de direitos - os civis, os políticos e os sociais -, a cidadania traz no elemento civil as liberdades de ir e vir, de expressão, de pensamento e fé, bem como o direito à propriedade e à justiça. Para fazer valer tais direitos e integralizar a cidadania, há a necessidade de estudos mais pontuais sobre a produção jornalística e a comunicação social.

Neste sentido, propomos discutir a forma como o jornal de maior circulação em Goiás hoje, O Popular, apresentou seu produto durante o processo de desocupação do Parque Oeste Industrial, em Goiânia. Nossa intenção é complexificar a análise com as categorias de migração, migrantes e migrados como capazes de agenciar as famílias e seus representantes na afirmação do lugar que ocupam no mundo, reforçando que este é um estudo inicial que tende a se fortalecer a partir do aprofundamento de tais categorias. O ganho, acreditamos, está em estudar o Jornalismo em seu aspecto metodológico sem deixar de considerar questões de base como comunicação, espacialidade e cidadania. Para a análise foram catalogadas 85 matérias divulgadas pelo jornal O Popular entre os anos de 2005 e 2007. As palavras-chave utilizadas para a identificação do material na Central de Documentação do jornal foram “Parque Oeste Industrial”, “moradia”, “Sonho Real”, “Real Conquista”, “invasão”, “ocupação” e “sem-teto”. Como o processo de reassentamento foi considerado finalizado em 2007 pelo governo do Estado, e



embora este ponto não seja objeto de análise no presente trabalho, é de se notar que, após este ano, o Residencial Real Conquista deixou de ser objeto de pauta não só pelo Popular, mas pela maioria absoluta dos jornais goianos.

O Real Conquista

O Residencial Real Conquista resulta de um processo de conflito urbano de terras em Goiânia, capital do estado de Goiás, e tem suas origens na ocupação do terreno do Parque Oeste Industrial, iniciada em 10 de maio de 2004. O que tinha se dado de forma espontânea, não-organizada e descentralizada se tornou, ainda em 2004, uma das maiores ocupações urbanas da história do Estado, com mais de 3.500 famílias (SILVA, 2007). Não por acaso, durante o processo de ocupação, as famílias de sem-teto renomearam o local como “Sonho Real”. Depois de uma operação policial ostensiva de duas semanas de desestabilização, chamada “Operação Inquietação”, ocorreu a “Operação Triunfo”, que desalojou os ocupantes. Violentamente retirados de suas casas, os que não tinham para onde ir, foram alojados em ginásios da área metropolitana de Goiânia, onde ficaram de 17 de fevereiro até 16 de maio de 2005.

No dia 16 de maio começou a transferência dos alojados para o acampamento no Setor Grajaú. Somente em 7 de dezembro de 2006, com a conclusão do primeiro loteamento de 100 casas – ainda sem asfalto ou outras condições básicas de saneamento e qualidade de vida – iniciou-se a transferência para o Residencial Real Conquista. Atualmente, o acampamento no Setor Grajaú não existe mais e o Real Conquista se estabeleceu desde fins de 2006 e inícios de 2007, contando hoje, cinco anos depois, com uma linha de ônibus. A viagem de ônibus do centro de Goiânia até o Real Conquista é de aproximadamente uma hora e meia. Já o local originalmente ocupado, denominado Parque Oeste Industrial e que está localizado no extremo oposto do Real Conquista, é rico em infraestrutura básica, como água, esgoto e energia, cercado de loteamentos e bairros consolidados, de pequenas e médias indústrias, e fica a cerca de 15 minutos do centro da cidade.

Embora o terreno do Parque Oeste Industrial não cumprisse sua função social desde 1957, a partir da organização das famílias na ocupação do espaço, os proprietários reclamaram a propriedade e a retirada dos ocupantes, com peça processual na 10ª Vara Cível de Goiânia (SILVA, 2007). A liminar de reintegração de posse foi emitida em setembro de 2004, mas não foi cumprida antes das eleições de outubro do mesmo ano,



quando o esforço para concretizar o sonho da casa própria foi suplantado pela violência da desocupação e pela morosidade no reassentamento das famílias.

Migrados do Sonho Real

De acordo com o antropólogo Woortmann (1990, p. 35), “migrar, de fato, pode ser condição para a permanência”. Embora o trabalho de Woortmann seja sobre o campesinato, tal forma de pensar a migração nos induz a afirmar que um grupo pode reforçar seus laços identitários na medida em que migra e congrega interesses nestes deslocamentos. Sendo assim, o processo de migração categorizado no presente trabalho tem relação direta com a construção de uma identidade positiva e afirmativa, se considerada a perspectiva local. Ora, as famílias ocupantes do Parque Oeste Industrial, organizadas no Sonho Real, transferidas temporariamente para ginásios, retransferidas para o Setor Grajaú e, depois, compulsoriamente para o Real Conquista vivenciaram significações específicas para estes cinco momentos que, em última instância, articulam-se entre si na convergência do que seja o grupo. Estas famílias criaram e continuam criando uma realidade urbana que fala de si independentemente das medidas impostas nesta migração. Daí ser possível afirmar de antemão que o processo de produção jornalística sobre a desocupação ignora estes deslocamentos enquanto processo migratório capaz de garantir a vida do grupo.

Tratar a migração enquanto deslocamento nos remete à compreensão de “terceiro espaço” trabalhada por Bhabha (1990) e que é marcadamente um espaço que não reconhece origens puras, indicando sempre um movimento de ambivalência, de negociação, no sentido de que é aqui que se afinam compreensões que podem conduzir a uma forma de ser. “Esse terceiro espaço desloca as histórias que o constituem e prepara novas estruturas de autoridade, novas iniciativas políticas, que são entendidas inadequadamente através da sabedoria recebida” (Bhabha, 1990, p. 211). Estas mudanças ocorridas neste “terceiro espaço” é que são, então, estruturantes das identidades constituídas, das coletividades. Daí a possibilidade de utilizarmos o pensamento de Bhabha para pensar representação e diferença cultural.

A opção então por trabalhar com as categorias de migração, migrantes e migrados neste trabalho sustenta-se pela condição de “entre-lugar” assumida pelo grupo em estudo e, em função desta suspensão, tratada como um *não-lugar* ou como *fora de lugar*, algo que deve ser superado e suplantado, tratado como não-ser conforme abordagem de Carneiro (2005). Contudo, são pessoas que construíram suas identidades,



memórias e vidas exatamente pelo vivido neste “entre-lugar”. Vale ressaltar que este lugar é completamente ignorado pelos poderes instituídos, entre eles o próprio Jornalismo.

O lugar do Jornalismo

Na busca por compreender como o material divulgado em O Popular traz este vivido, é possível afirmar que imperam os critérios de noticiabilidade mais tradicionais na seleção do que será ou não divulgado. “Por que pensamos que um relato sobre uma situação ‘normal’ do domingo do jovem trabalhador milanês não seja notícia e seja suprimida das páginas coloridas?” (Marcondes Filho, 1986, p.13) é o questionamento inicial quando queremos entender quais os valores mais considerados por jornalistas nos momentos de seleção dos acontecimentos e construção jornalística. A busca pela identificação dos elementos de interesse para a publicação – ou dos critérios de noticiabilidade – se estende de Fraser Bond (1962) a Mauro Wolf (1995). Quem se empenha a pensar o Jornalismo de uma forma um pouco mais profunda interroga quais são os atributos que fazem com que determinados fatos rompam a barreira dos *gatekeepers* e sejam selecionados como produto jornalístico. Tais critérios são variáveis e é a compreensão dos jornalistas, que seguem definições do veículo e do público, que orienta o que é e o que não é jornalístico.

Partindo para a análise do material divulgado em O Popular, em 13 de novembro de 2007, o veículo atualiza a desocupação com a matéria “Sem-teto baleado se queixa de abandono”. O próprio título nos informa que o agente da construção da pauta que resultou na matéria foi o próprio “sem-teto” e não os jornalistas da redação do jornal. A matéria traz a história do pedreiro Marcelo Henrique Dias, 30 anos, que foi baleado em 16 de fevereiro de 2005 durante a desocupação e que, mais de dois anos depois, vive a realidade de um paraplégico com experiências de internações e favores para morar e sobreviver. “O pedreiro chegou ao Parque Oeste Industrial logo no início da ocupação e saiu de lá numa unidade de resgate do Corpo de Bombeiros”, conta a matéria. Pelo texto, é possível afirmar que foi exatamente do “terceiro espaço” (Bhabha, 1990) ou do “entre-lugar” e da condição de migrante, completamente esquecido pelos jornalistas, que a vítima da desocupação construiu-se enquanto sujeito de sua história. Contudo, o jornal dá um verdadeiro salto na vida de Marcelo Dias, que havia sido notícia somente no dia 17 de fevereiro de 2005, quando foi baleado, e com o material “Como foi o fim



da maior invasão de Goiás”. As suítes⁷ da ocupação e desocupação do Parque Oeste Industrial, neste espaço intersticial, ignoram as vidas envolvidas no processo e trazem somente as generalidades da história a ser contada, sem atores de carne e osso, de forma completamente pasteurizada, embora espetacular.

Aqui é fundamental destacar que, conforme Medina (1995), as entrevistas de espetacularização podem ser identificadas segundo perfis explicitados pela autora. Para ela, há o “perfil pitoresco”, com a caricatura do entrevistado; o “perfil do inusitado”, de onde se extrai sempre o exótico, o excêntrico; o “perfil da condenação”, em que o entrevistado é reduzido de forma maniqueísta entre o bem e o mal; e ainda o “perfil da ironia intelectualizada”, que condena a fonte *a priori* extraindo da mesma uma forma de condenação. Por estes estigmas, o jornalista lê sua fonte e a enquadra durante o processo de produção jornalística, espetacularizando o produto e garantindo, dessa forma, espaço nas páginas dos jornais. Em contraposição, é menos usual encontrar as entrevistas de “compreensão”, que priorizam o “perfil humanizado”, proposto pela pesquisadora, mesmo se tratando de uma situação em que as vidas das pessoas estão literalmente em jogo.

Ao contrário do pedreiro Marcelo Dias, que é considerado notícia pelo jornal somente em duas das 85 matérias analisadas, o delegado Waldir Soares de Oliveira esteve presente em 13 matérias do mesmo bloco nos dois anos analisados. Na condição de delegado responsável pelo caso, parte-se do princípio de que os jornalistas responsáveis pela produção o consideraram fonte sem a qual não seria possível falar sobre o caso. Esta compreensão está ancorada no pressuposto de que o profissional deve sempre ouvir uma fonte com autoridade para falar sobre o assunto. Além do delegado, são ouvidos o presidente da Agência Goiana de Habitação (Agehab), juízes, representantes da Polícia, secretários estaduais, todos falando em nome do poder instituído. Já pelos ocupantes, foram ouvidos com mais frequência representantes do Ministério Público e lideranças do Movimento, o que garante a continuidade da compreensão jornalística de que é necessário ocupar um lugar no poder instituído para que determinada pessoa seja considerada fonte de informação. Embora no material analisado sejam registradas audiências de membros das famílias migradas, estas

⁷ De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, suíte – que tem sua origem no francês suite, isto é, série, sequência – em Jornalismo designa o produto jornalístico que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior.



funcionaram muito mais como objeto de espetacularização, condenação ou, no máximo, fonte para contemplar o “ouvir o outro lado”, do que para contemplar a perspectiva da Humanização proposta por Medina (1995). Há neste grupo de matérias, a evidência do critério de notoriedade para definir que quanto maior a celebridade ou a importância hierárquica dos indivíduos envolvidos no acontecimento, mais espaço e força terá o material jornalístico. O que não podemos ignorar é que os critérios para definição desta hierarquia são hegemônicos e geralmente desconsideram vidas inteiras.

A perspectiva aqui apresentada pode ser contemplada especialmente em material divulgado em 21 de julho de 2006 com o título: “Cruzamento de dados revela farto patrimônio de sem-teto”. A matéria traz resultados de pesquisa realizada pela Agência Goiana de Habitação (Agehab) em que identifica vários cadastrados para receber a casa no Real Conquista como detentores do que o jornal chama de “farto patrimônio” e até “carro importado”. As fontes desta matéria são o então presidente da Agehab, Álvaro Lourenço, e, no último intertítulo, o coordenador do movimento no Setor Grajaú, Américo Novais. O fato de este último ter declarado que conhece somente as condições de “miséria, insalubridade e sofrimento” entre as famílias migradas, não fez com que a produção jornalística abrisse mão do título espetacular e da condução privilegiando a Agehab. Também nesta matéria não foram ouvidos membros das famílias migrantes na situação descrita pela liderança do movimento.

Lançamos mão aqui da teoria da definição primária ou teoria conspiratória, pela qual se estabelece que é a fonte quem define o que deve ser produzido como matéria jornalística. De acordo com Hall (1978), as empresas de comunicação social, entre elas O Popular aqui analisado, tendem a reproduzir a estrutura de poder existente porque dão preferência aos porta-vozes desta estrutura, que são os definidores primários. O pesquisador jamaicano especialista em estudos culturais, identifica quatro tipos de autoridades consideradas na rotina produtiva do jornalista: 1. Fonte institucional; 2. Fonte de poder ou de autoridade; 3. Fonte política; 4. Fonte sofisticada ou especializada (assessores). Obviamente que O Popular utiliza, nas matérias analisadas, fontes desconhecidas, anônimas. Estas, por sua vez, vêm para desencadear processos espetaculares da matéria e geralmente protagonizam o que foge à rotina para serem consideradas fontes pelo jornal.



Entre as rotinas produtivas visibilizadas no produto jornalístico final, a precarização do trabalho jornalístico motivada notadamente pelo enxugamento dos quadros de funcionários é perceptível a partir da compilação das assinaturas do material produzido. Das 85 matérias analisadas em dois anos de produção, 60 delas têm assinaturas concentradas nas mãos de apenas cinco jornalistas, sendo que o maior número de ocorrência é de matérias sem assinatura, não aparecendo sequer a assinatura genérica “Da Redação”. Um total de 11 matérias não conta com assinatura. É de se notar que exatamente neste material sem assinatura é que são encontrados termos que podem ser considerados pejorativos sobre o conflito, a exemplo de “invasão”, “ocupação irregular”, “bagunça” e “miséria”. Em casos de ação judicial pelo uso de expressões como estas, não seria possível identificar nominalmente o responsável pela produção do material jornalístico. A responsabilidade social tão defendida pelos comunicadores sociais passa despercebida em nome do que o jornal, à época, apontou como defesa de integridade física de seus profissionais. Lamentável que para manter esta integridade, os jornalistas tiveram que ocupar as barricadas construídas pela Polícia Militar e nunca experimentando o terror do ataque às famílias migradas. Um exercício de visualidade desta situação já evidencia quem detém as armas e que está de fato em perigo.

Também foram identificadas duas matérias de agências nacionais de notícia, uma da Agência Folha e outra da Agência Estado, com colaboração Da Redação de O Popular, o que é de se destacar uma vez que o conflito estava ocorrendo na mesma cidade do veículo analisado. A “proximidade” enquanto valor-notícia é determinante para o número considerado pequeno de entrada de material de agência noticiosa. Isso porque a proximidade geográfica e cultural definem o que pode ou não resultar em produto jornalístico. Obviamente que esta proximidade é relativizada por fatores econômicos e políticos, capazes de distanciar um acontecimento. Nos momentos de maior tensão do processo de desocupação, talvez motivado pela pressão das chefias administrativas ou pela necessidade de projetar os profissionais de confiança da empresa jornalística, as matérias foram assinadas com a identificação “editor” e não pelos repórteres.

Observando os critérios substantivos do valor-notícia, destacamos que há uma concentração de matérias nos momentos mais tensos do processo de desocupação



quando, segundo dados do movimento de resistência dos migrantes foram registradas duas mortes no dia do despejo, três nos ginásios onde as famílias foram alojadas e sete no acampamento provisório do Setor Grajaú. O mesmo movimento relata que também foram registradas mortes de um bebê com apenas um dia de vida e outros oito bebês ainda nas barrigas das mães. A causa de tantas mortes relatada pelos moradores foi a insalubridade das barracas, muito sensíveis ao calor e à umidade. De acordo com Kilzes Stefany de Novaes Rodrigues, uma das líderes do movimento, em uma das entrevistas analisadas, “é um número muito alto de mães que estão perdendo os seus filhos”. Aqui vale lembrar, conforme Traquina (2004) que onde há mortes, há jornalistas atuando, o que não quer dizer que haja necessariamente jornalismo de qualidade.

O fato de jornalistas tratarem as famílias envolvidas no processo como “sem-teto”, que vivem um momento de mudança para uma área de assentamento, retira todo o caráter de permanência da coletividade constituída pelo movimento e defendida aqui a partir da categorização, feita por Woortmann (1990), de migração. Exemplo explícito está na matéria: “Um ano depois, sem-teto começam a ser assentados”, de 14 de maio de 2005, em que o jornalista retira a condição de migrantes, que impulsiona as famílias a constituírem-se neste “entre-lugar”, com toda a força que a coletividade garante, e repassa para quem acessa o produto jornalístico a sensação de que realmente há uma não-vida neste espaço intersticial da migração. Todos anseiam para que o reassentamento seja efetivado. Contudo, as causas desta ansiedade têm adesão à necessidade de as famílias serem localizadas em um espaço físico e ainda de nos livrar do desconforto de lidar com pessoas sem lugar. Longe das discussões está a compreensão de que a cidadania reserva espacialidades agenciadas por seus ocupantes. Mais uma vez relembramos que o Real Conquista fica a uma hora e meia de ônibus do centro de Goiânia. Nesta matéria, ao relatar a história do casal Acácia e Ricardo, o jornalista escreve: “Na invasão, marido e mulher acalentaram o sonho comum da maioria dos brasileiros: a casa própria”, caminhando para a generalização e ignorando a especificidade do vivido pelo casal, que somente se constitui enquanto fonte por causa da condição de “permanência” e coesão conquistadas exatamente porque construíram-se a partir da migração.

É possível afirmar ainda que o lugar dos direitos civis essenciais para a prática cidadã foi ignorado pelo jornal uma vez que a liminar de reintegração de posse foi



proferida em decisão judicial de setembro de 2004, mas não se executou neste ano. Não por benevolência com os migrados ou por questionamentos acerca do mau uso das terras, mas porque 2004 era um ano eleitoral e vários políticos, de todos os lados e tendências, estavam envolvidos com o conflito. As matérias deste período não possibilitam a associação entre este não-cumprimento e o fato de 2004 ser um ano de eleições municipais. A premonição da violência do ato de desocupação estava anunciada pelo silenciamento dos meios de comunicação de massa. E aqui, da mesma forma que migrar é entendido como condição de permanência, o silêncio gritou a conivência. O uso ostensivo do aparato policial certamente desestabilizaria – como o fez – a opinião pública quanto à serenidade dos políticos locais para lidar com o conflito. Nem mesmo no material caracterizado como jornalismo opinativo, O Popular trouxe a compreensão de que havia motivações eleitorais para o não-cumprimento da decisão judicial. Contudo, passadas as eleições iniciou-se uma desgastante e infrutífera tentativa de negociação com o poder público local. Negociação não alcançada, a “Operação Triunfo” mostrou a que veio – não pelos jornais, mas pelo vivido.

Considerações

De acordo com Hall (1978), o assunto realmente relevante nas produções jornalísticas, que poderíamos chamar aqui de o acontecimento propriamente dito, perde espaço desde o momento em que uma fonte é priorizada para trazer a definição do tema abordado e passa a se discutir o que esta fonte disse. Como O Popular prioriza o poder instituído em suas matérias, é possível afirmar que o que aconteceu no processo de desocupação do Parque Oeste Industrial ainda está no campo do vivido não englobado pelo veículo de comunicação de massa. Este é, aliás, ainda seguindo os ensinamentos de Hall (1978), o papel do definidor primário, que acaba por desviar a atenção do público em relação a assuntos complexos demais para serem tratados em uma matéria jornalística. Pelo material analisado, percebemos que o valor atribuído às fontes, e que garante a recorrência de sua entrada no material jornalístico, é diretamente proporcional à capacidade de encaixe nos valores-notícia de autoridade e especialidade. Daí a necessidade de se manter a negociação entre repórteres e editores na prevalência desta ou daquela fonte.



É relativamente mais fácil lidar com a condição de trânsito das pessoas que ocupam espaços fronteiriços do que compreender que é na fluidez destes espaços que coletividades constituem-se permanentemente. Por isso, talvez, O Popular ignore em suas publicações o fato de que os atuais moradores do Residencial Real Conquista ainda têm consigo o sentimento de pertencimento conquistado durante o processo de ocupação, desocupação, alojamento e reassentamento das famílias. Foi durante este momento de migração que estas famílias constituíram o que há de permanente no coletivo que existe ainda hoje. É desta condição de migrados que estabeleceu-se um forte diálogo entre o grupo organizado de famílias do Real Conquista e ativistas políticos da comunicação em Goiânia. O resultado foi a emergência do Movimento de Vídeo Popular no Real Conquista e a produção de cinco vídeos digitais documentários que refletem a hibridez entre o que pode ser chamado de cultura popular, cultura de oposição e cultura de massa. É a partir do vivido que constroem novos espaços de cidadania plena, com discussões e oficinas abertas às famílias migradas para o Real Conquista e a manutenção da articulação que tem garantido a existência da própria coletividade, sendo que estes documentários e articulações não foram pauta do jornalismo produzido em O Popular.

Como o material analisado se resumiu às publicações de O Popular sobre o assunto, apontamos como possibilidade de trabalho posterior, uma vez que este texto compõe projeto de pesquisa em andamento, uma ampliação do arcabouço analisado com entrevistas em profundidade com os jornalistas responsáveis pela produção. Dessa forma, acreditamos ser possível perceber nuances da rotina produtiva que escapam à simples observação do produto divulgado pelo impresso. Embora esta já tenha fornecido terreno fértil para pensar as relações entre produção jornalística e o campo do vivido.

De todo modo, a compreensão é de que o jornalismo contribui no sentido de construir narrativas – e muitas delas boas para pensar – mas não podemos perder a perspectiva de que as “histórias são verdadeiras quando seus destinatários crêem nelas” (Rüsen, 2001, p. 86). Assim é que a história que conhecemos é a história relatada na narrativa jornalística porque este é o nosso recorte, e esta será proporcional à quantidade de recortes feitos. Criar estratégias para compartilhar o vivido no processo de construção das narrativas pode ser o caminho para “um processo coletivo de construção,



capaz de reformular meios e mensagens de acordo com o vivido, para além de estratégias mercadológicas” (DIAS, 2011 p. 77). Trabalhar a comunicação social enquanto elemento de construção de representação social aproxima-nos deste vivido e, por isso, abre possibilidades de resignificação das espacialidades ocupadas cotidianamente por jornalistas, migrantes e migrados. A permanência do grupo, ou seja, o que faz do Real Conquista ser o que é, está intrinsecamente vinculada às migrações espontâneas, impostas e sucessivas na vida do grupo.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. *The third space*. In.: RUTHERFORD, J. (org.). **Identity: community, culture, difference**. London: Lawrence & Wishart, 1990.

BOND, Fraser. **Introdução ao Jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1962.

BRONOSKY, Marcelo. **(Quase) Tudo sob controle: estratégias de apropriação de manuais de redação na imprensa diária**. Tese de Doutorado. Unisinos, 2008.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. (Tese de Doutorado). FEUSP, 2005.

DIAS, Luciene de Oliveira. *O Saber pelo Vivido: um exercício para resignificar comunicação e cooperação*. In.: LUCENA, A. F.; CARVALHO, C. R. R.; VIEIRA, N. M. (orgs). **Cooperação e inclusão social**. Goiânia: PUC Goiás, 2011.

HALL, Stuart et al. **Policing the Crisis**. London: Macmillan, 1978.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia: Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza**. São Paulo: Ática, 1986.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

McCOMBS, Maxwell E. and SHAW, Donald L. **The agenda setting function of mass media**. In.: *Public Opinion Quarterly*, Vol. 36, N. 2, Summer 1972. pp. 176-187.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista, o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1995.

MORETTI, Sergio L. Amaral. *A escola e o desafio da modernidade*. **Revista ESPM**. São Paulo: Referência, v. 6, jan./fev. 1999.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.



SILVA, M. L. **Segregação, Repressão e Resistência**: a ocupação do Parque Oeste Industrial em Goiânia (GO). Uma nova história de luta pelo direito à cidade. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis. Insular. 2004.

VIZEU, Alfredo. **O jornalismo e as "teorias intermediárias"**: cultura profissional, rotina de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da análise do discurso (AD). Anais do 26º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. [cd-rom]

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

WOORTMANN, Klaas. **Migração, família e campesinato**. In.: *Revista Brasileira de Estudos da População*, Brasília, v.7, n.1, p. 35-53, jan./jun. 1990.